

## OS TERRITÓRIOS DA FARINHA NO VALE DO JURUÁ - ACRE<sup>1</sup>

### THE TERRITORY OF FLOUR THE VALLEY OF JURUÁ - ACRE

Cleilton Sampaio de FARIAS<sup>2</sup>  
Edna Maria Secundes CABRAL<sup>3</sup>  
César Gomes de FREITAS<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Mapeamento Socioespacial dos Territórios da Farinha nos Municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, no Vale do Juruá – AC” que teve como objetivo transgredir os aspectos da nova abordagem do conceito de território com as características dos municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves onde o cultivo da mandioca e a produção de farinha possuem extrema importância e centralidade na formação, organização e identidade do território. O problema da pesquisa foi tratado em duas abordagens: qualitativa (entrevista e observação) e quantitativa (questionário), por acreditar que nesta pesquisa ambas se completam. Na análise das características da produção de farinha de mandioca no Vale do Juruá/AC notou-se que o forte apego da população com a atividade tem acarretado ao longo do tempo a formação de uma sociedade que compartilha as mesmas “diferenças”, ou seja, os símbolos que compõem a sua identidade e, que, ao serem fixados e espalhados pelo espaço constroem o “território da farinha”. Os aspectos sociais, econômicos e culturais compartilhados pelo Vale do Juruá ligados aos atributos da produção da farinha, comprovam que este território possui centralidade na produção da farinha de mandioca.

**Palavras chave:** território; identidade; produção; farinha de mandioca

**ABSTRACT:** This paper presents the results of the research “Mapping the Socio territories of flour in the municipalities of the Cruzeiro do Sul and Rodrigues Alves, the Vale do Juruá – AC” which aimed to compromise aspects of the new approach to the concept of territory with the characteristics the towns of Cruzeiro do Sul and Rodrigues Alves where the cultivation of cassava flour production and have the utmost importance and centrality in the formation, organization and identity of the territory. The research problem was addressed in two approaches: qualitative (interview and observation) and quantitative (questionnaire), believing that this research both complement each other. In analyzing the characteristics of the production of cassava flour in Vale do Juruá/AC noted that the strong attachment to the activity of the population has led over time to form a society that shares the same "differences", ie the symbols that make up its identity and that, being fixed around the area and build the "territory of the meal." The social, economic and cultural Vale do Juruá shared by attributes related to the production of flour, prove that this territory has centrality in the production of cassava flour.

**Keywords:** territory, identity, production, cassava flour

---

<sup>1</sup> Microrregião Administrativa do estado do Acre, composta pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mancio Lima, Marechal Taumaturgo e Porto Walter.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional/UFAC, Docente da área de Geografia do IFAC, Coordenador de Pesquisa/Pró-Reitoria de Inovação/IFAC, organizador do livro “caminhos da pesquisa na Amazônia”, pesquisador do grupo de pesquisa NEACRE, [cleiltosampaio@yahoo.com.br](mailto:cleiltosampaio@yahoo.com.br). E-mail [cleilton.farias@ifac.edu.br](mailto:cleilton.farias@ifac.edu.br)

<sup>3</sup> Estudante do curso de tecnologia em Agroecologia/IFAC, bolsista do CNPq/NEEACRE. E-mail [ednasecundes@hotmail.com](mailto:ednasecundes@hotmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. E-mail [cesar.freitas@ifac.edu.br](mailto:cesar.freitas@ifac.edu.br)

## Introdução

Nesses primeiros anos do século XXI a abordagem geográfica focalizada no conceito de território tem se expandido significativamente, se levamos em consideração o mesmo período do século passado. Com isso, o próprio conceito que era “restrito”, restrito ao espaço dominado, passa a aderir os aspectos sociais, culturais e econômicos de um povo circunscrito a certo lugar no espaço geográfico, dando margem a novas interpretações mais abrangentes.

Diversos são os autores que se propõem a descrever os territórios, seus processos de construções/criações e os agentes responsáveis pela obra. Contudo, é evidente o caráter relacional e em rede como um dos princípios das novas abordagens. Além disso, percebe-se uma evolução no sentido de conceber o território em várias dimensões sejam materiais e (i) materiais ou simbólicos.

Nesse contexto, resolvemos pensar a pesquisa “Mapeamento Socioespacial dos Territórios da Farinha nos Municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, no Vale do Juruá – AC”, como forma de conciliar os aspectos da nova abordagem do conceito de território com as características dos municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, onde o cultivo da mandioca e a produção de farinha possuem extrema importância e centralidade na formação, organização e identidade do território.

O que fortalece esta afirmativa é o fato de que nestas localidades a vida da comunidade local gira em torno da fabricação da farinha. Em certa época do ano as pessoas ficam ocupadas no plantio da mandioca, que após alguns meses será colhida, depois processada na “casa de farinha”, transportada em suas embarcações ou outros meios de transportes e, por fim, comercializadas.

Para dimensionar a importância da farinha para estes lugares, no ano de 2010 de todos os produtos transportados pelo caminhão de apoio à produção da Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Município de Cruzeiro do Sul, 80,78% correspondem a farinha, ou seja, 23.370 sacas de farinha, totalizando 1.685,500 toneladas. Os outros produtos representam, respectivamente, 2.085 sacas de mandioca totalizando 104,25 toneladas, 1.830 sacas de arroz totalizando 91,5 toneladas, 570 sacas de laranja totalizando 28,5 toneladas e 768 sacas de outros produtos (tangerina, coco, goma, pimenta e verduras) totalizando 38,4 toneladas (CRUZEIRO DO SUL, 2011).

Além disso, no mesmo ano foram transportadas pelos barcos de apoio à produção da Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Município de Cruzeiro do Sul, 11.324 sacas de farinha, totalizando 556,2 toneladas, 153 sacas de arroz totalizando 7,65 toneladas, 1.148 sacas de milho totalizando 57,4 toneladas e 912 sacas de outros produtos (tangerina, mamão, goma, feijão e verduras) totalizando 45,6 toneladas. No transporte fluvial a farinha representou 83,65% dos produtos transportados (CRUZEIRO DO SUL, 2011).

Essa prevalência da mandioca e da farinha entre as demais produções, não significa, necessariamente, apenas uma estratégia econômica de obter lucro, muito pelo contrário, uma parte da produção é destinada ao consumo da própria comunidade, que utiliza a farinha e os seus derivados em “quase” todas as suas refeições. A farinha está presente na vida dessas comunidades que inclusive empresta o nome para designar a melhor qualidade de farinha fabricada na região, a “farinha de Cruzeiro do Sul” que é considerada uma vantagem comparativa, por também ser produto para exportação.

O problema da pesquisa foi tratado em duas abordagens: qualitativa (entrevista e observação) e quantitativa (questionário), por acreditar que neste projeto ambas se completam. Além disso, a execução do projeto foi dividida em três fases para melhor

planejamento e desenvolvimento: 1<sup>a</sup>) Levantamento bibliográfico e documental da temática; 2<sup>a</sup>) Trabalho de campo: entrevistas, questionários e observação e; 3<sup>a</sup>) Sistematização de dados e conclusão da pesquisa. Com essas técnicas foi possível obter as minúcias do objeto de pesquisa.

Assim, considerando a realidade pesquisada apresentamos os resultados alcançados iniciando pelo marco conceitual de território e de seus desprendimentos, seguido de “a formação dos territórios da farinha no Vale do Juruá e a identidade territorial farinheira” e, por fim, na terceira parte trataremos sobre “as características dos territórios camponeses da farinha do Vale do Juruá”.

### **Marco conceitual: o território**

A abordagem geográfica centrada no conceito de território passou no decorrer de pouco mais de um século por uma redefinição ou ampliação. Mas essa redefinição não é de nenhuma forma, impeditiva de entendimento, ao contrário ele é a própria explicação para os novos atributos que foram aderidos ao conceito neste percurso histórico.

O conceito de território não evoluiu isoladamente, mas sua reformulação aconteceu vinculada ao movimento maior de renovação da própria ciência geográfica. Se no período de 1870 a 1960 predominavam as geografias positivista e neopositivista, privilegiando os conceitos de paisagem e região, a partir dos anos de 1950-70, com a influência do marxismo, ocorreu a renovação da geografia e, então, o conceito de território foi retomado com novos significados em novas abordagens e concepções. Uma das principais contribuições da época é o entendimento que o território é produto histórico dos conflitos e contradições sociais, todos vinculados à reprodução das relações de produção.

O conceito de território que começou a ser formulado na gênese da nova geografia, por volta da década de 50 a 70 do século XX, possui novos significados que só são passíveis de entendimento a partir da substituição da ideia de espaço homogêneo e a de posição geográfica pela de posição relacional como afirma Saquet (2010). Assim, a relação está diretamente ligada com o exercício do poder, que se apresenta para apropriação ou dominação do espaço para a formação do território. Nesse sentido, a nova abordagem territorial é baseada no campo do poder com sua energia e informação que se estabeleceu no exercício da relação conforme Raffestin (1993).

Para Saquet (2010), Jean Gottmann (1950) amplia o conceito de território para além do Estado-Nação ou suporte de ações dos homens ao elaborar uma abordagem histórica e cultural com elementos (i) materiais do território como as iconografias, além de, atribuir uma dimensão dinâmica com a evidência da circulação, combinando os elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente juntamente com os sistemas materiais.

“A iconografia é o que identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade de outra limítrofe em um território densa e variadamente povoado” e a circulação (de homens, de mercadorias, ideias) “é a força motriz da mudança, através de fluxos”, por isso, “a circulação favorece a *abertura* de espaços, enquanto que as iconografias [...], *funcionam* como um *sistema* de resistência a circulação e à mudança” (SAQUET, 2010, p. 46, grifo do autor).

Na opinião de Saquet (2010, p. 57) o conceito de território que depreenderá em Dematteis (1970):

[...] é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas *relações territoriais (horizontais e verticais)* [...].

Muscará (1967), analisando o desenvolvimento do Norte da Itália enfoca que o “território é entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas) como espaço aberto em constante transformação” (SAQUET, 2010, p. 52).

Partindo do conceito de território cabe, nesse sentido, uma caracterização dos processos que formam, destroem e reconstróem os territórios. Nesse sentido, na França, a contribuição de Deleuze e Guattari (1976 [1972]), de grande importância para a geografia, elaborou uma ligação entre o processo de *des* e a reterritorialização (T – D – R), como um movimento que possuem fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação e poder (SAQUET, 2010, p. 56). A T-D-R (territorialização, desterritorialização e a reterritorialização) pode ser compreendida, simultaneamente como a entrada, saída e retorno ao território.

Posteriormente, Claude Raffestin em consonância com Deleuze e Guattari também argumentará em favor do processo *TDR* (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), como fruto do movimento ocasionado em virtude, principalmente, de processos econômicos, mas, em geral, de relações sociais, de perda e reconstrução de relações. Segundo Raffestin (1984, p. 78) apud Saquet (2010, p. 78):

[...] a territorialização implica [...] um conjunto codificado de relações [...], a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras [...]. A reterritorialização [...], pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc.

Em obra posterior, Saquet (2011) definiu, não fugindo das suas bases conceituais, o que é processo de produção do território ou “territorialização” e como ele ocorre.

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir - pretérito e como pretérito - devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidades; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com as naturezas orgânica e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N). (SAQUET, 2011, p. 40).

Para Saquet (2011) o território é produto social e se forma com base nas relações ou interações entre indivíduos, nos aspectos sociais ou econômicos, onde as próprias relações correspondem à territorialidade ou às territorialidades.

A territorialidade como relação de dominação e/ou apropriação se apresenta como a expressão do poder de forma material ou simbólica. Com a construção de redes de circulação

e comunicação ou com a representação simbólica da identidade se delimita a territorialidade vinculada ao espaço-tempo de dominação e/ou apropriação.

Em suma, Saquet (2011) articula todos os componentes e processos ligados ao território, o processo ou territorialização como a entrada ou produção do território, a relação que gera o território que por sua vez é a territorialidade e, por fim, expõe a partir dessas primícias o que ele compreende por território levando em conta o seu caráter processual, relacional e em redes.

Um pouco antes de Saquet, Haesbaert (2001, p. 51) já dialogava com a temática do território, no entanto, enquanto o primeiro se baseou principalmente em autores italianos, o segundo procurou na França a fonte para a sua inspiração. Mesmo assim, não é possível visualizar nenhuma inconsistência teórica ou conceitual entre os autores. Por exemplo, a presença da abordagem relacional já aparecia nos escritos de Haesbaert (2001), ou seja, o autor enfatiza que o território resulta das relações sociais, que são sempre relações de poder. Como consequências dessas relações de poder se formulam as estratégias estatais e empresariais que culminam com as dinâmicas espaciais.

Para Haesbaert (2001, p. 55) “o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, de suas contradições, de construções, mas também, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, “justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões”.

Haesbaert também concebe a produção do território, que já foi mencionada, como processo de dominação ocasionado pela relação, e essa, pela ação do poder, que é exercido em dois sentidos: pela dominação - por quem domina e por quem é dominado ou resiste à dominação - e pela apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20 - 21).

O poder que Haesbaert e Saquet mencionam é referenciado em Raffestin (1993) como a força que provoca o movimento: entrada, saída e retorno no território, ou seja, o processo T-D-R/TDR. Assim, o poder vai se manifestar por ocasião da relação, pelo processo de troca ou de comunicação quando na relação que se estabeleceu, os dois pólos se confrontam. As forças criam o campo do poder. Contudo, o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.

A obra de Raffestin (1993) “*Por uma geografia do poder*” apresenta uma abordagem renovada, interdisciplinar e material do território e da territorialidade. Para isso o autor utilizou aspectos semiológicos como a malha, o nó e a rede para ilustrar o que ele mesmo designará de “campo de poder”.

A partir de uma representação daquilo que é pretendido, os atores irão proceder à repartição das superfícies, a implantação de nós, e à construção de redes. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constitui de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). É nisso que consiste o processo de territorialização, ou seja, a implantação de todas essas formas para se apropriar ou dominar algum espaço.

A territorialidade para Raffestin (1993, p. 162) é compreendida como uma noção de soberania, ou, como a forma pela qual o agente organizou o território, composta pelo menos de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Retornando a Haesbaert (2007, p. 21), a territorialização ou processo de dominação e/ou apropriação nada mais é do que uma estratégia de controle social, de uma área geográfica

ou de um território visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos. “Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (no caso da diferença de gênero, por exemplo)”.

Nesse sentido, o ato de territorialização, como processo de conquista e/ou apropriação do território, possui objetivos vinculantes. Enquanto território material a ser conquistado, procura: a) controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno); b) construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações). Enquanto território simbólico a ser apropriado, busca: a) abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras) (HAESBAERT, 2007, p. 28).

Com a territorialização, resulta a criação de uma base espacial e de aspectos imaterial moldada pelas novas relações sociais, econômicas e culturais que constitui a relação fundadora e que constituirá os fundamentos e características da nova territorialidade. A territorialidade é ao mesmo tempo, assim como é o território, material e simbólica. “Enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Considerando o que foi mencionado sobre o território, a territorialidade e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, passaremos a tratar desses aspectos ligando às características do Vale do Juruá. A partir desta parte procuraremos explicar por que a produção de farinha possui centralidade no processo de formação do território.

### **A formação dos territórios da farinha no Vale do Juruá e a identidade territorial farinheira**

O território como a expressão territorializada do poder se manifesta pela forma pela qual foi formado/organizado, que corresponde a sua territorialidade. Mas, a própria territorialidade, como um senso de exclusividade ou compartimentação do vivido, é moldada pelas características exclusivas que compartilha certa coletividade e que se exterioriza através de símbolos, ou seja, símbolos da identidade, nesse caso ligados a produção da farinha.

“A identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 135). É dessa forma que se relaciona o território, a territorialidade e a identidade territorial.

Haesbaert (1997, p. 46) esclarece que as identidades sociais são produzidas como representações simbólicas da realidade visando a um reconhecimento social da diferença. Em alguns casos, considerando o território como produto das relações sociais no decorrer de um tempo histórico expresso na materialidade e em símbolos, “a simbolização significa então concebê-lo num processo de apropriação social [...] que tem a sua própria eficácia, ou seja, um “poder simbólico” que, em parte, acaba forjando as identidades territoriais” (HAESBAERT, 1997, p. 49 - 50).

O poder simbólico, invisível por essência, permite obter os mesmos benefícios daquilo que é obtido com o uso da força ou poder coercitivo, por isso se apresenta irreconhecível, sem a distinção daquele que o exerce, mas, mesmo assim, forma uma rede de aspectos – símbolos e representações – que espalhados pelo território permitem constituir a identidade territorial (HAESBAERT, 1997, p. 50).

A identidade territorial farinheira foi, ao longo do tempo e espaço de territorialização da atividade econômica que apontamos ser o principal componente de formação do território, sendo formada pelos atributos internos de cada indivíduo no momento da territorialização, mais os valores e símbolos construídos e adicionados no percurso temporal.

Há de se destacar dois períodos no processo: o ponto inicial e sua carga anterior e o percurso com o andamento do processo, ou seja, o movimento de sua constituição e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história, que define o status ontológico desse processo de formação da identidade e da expressão da territorialidade farinheira.

O ponto inicial de formação da identidade farinheira na região ocorreu com a desterritorialização da produção de borracha a partir do látex nativo da seringueira. Com a decadência desta atividade por volta da década de 40 do século XX acarretada pelo cultivo racionalizado nos seringais de cultivo nas colônias inglesas na Ásia, muda-se a estrutura econômica regional com a inserção ou territorialização da agropecuária e como consequência também se muda os aspectos socioculturais.

Se por um lado, muda-se a atividade econômica que estruturava o território, por outro, os atores permanecem com a sua identidade forjada anteriormente, que constituía os fundamentos da sociedade desterritorializada. Como enfatiza Haesbaert (2007, p. 19) [...] “muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, [...], estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial”.

A multiterritorialidade eminente se expressará na diversidade material e simbólica no novo tempo, permanecendo aspectos estruturantes e esculturantes da territorialidade anterior mais os aspectos da nova territorialidade e, por fim, os aspectos transculturais ou híbridos.

A multiterritorialidade implica, assim, a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo T-D-R. Se por acaso a multiterritorialidade se manifesta com a ênfase no *estar-entre*, no efetivamente híbrido, produzido *através* dessas distintas territorialidades, o melhor termo para designar este processo é a transterritorialidade. Para Haesbaert e Mondardo (2010, p. 35):

Transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria *transição*, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples *passarpor* mas um *estar-entre*.

Então, as referências simbólicas dos territórios e territorialidades em trânsito na década de 1970 do século XX, na região, construíram a multitransterritorialidade ou transterritorialidade que constituiu os territórios da farinha no Vale do Juruá.

Um dos principais elementos que existia na territorialidade inicial e que permaneceu na nova identidade multitransterritorial era, sem dúvida, a alimentação. Grande parte dos atributos e apetrechos que permeavam os gêneros alimentícios e a fabricação dos alimentos era fruto da carga cultural carregada pelos migrantes de sua região de origem para esta região,

por exemplo, a fabricação de farinha de mandioca. A mandioca é uma espécie que já era cultivada pelos indígenas desde o início da colonização brasileira, mas, no entanto, a sua transformação em farinha é um benefício dos brancos.

Os primeiros habitantes da região eram, sobretudo, migrantes provenientes do nordeste do Brasil. Chegando nesta região, presos ao sistema de aviamento, sofreram a exploração do seringalista e ficaram impedidos de exercer parte de sua cultura em relação ao cultivo de certos alimentos no interior do seringal. Como o sistema de aviamento não era suficiente para fornecer todos os gêneros alimentícios necessários a dieta do seringueiro, parcialmente era concedido permissão para o cultivo nas horas de folga de produtos que não fizesse concorrência com os do barracão. Assim, era possível cultivar os “roçados”, com localização bem próxima ao “tapiri” do seringueiro para facilitar o trabalho, que em alguns casos era executado pela companheira do seringueiro que ficava em casa enquanto ele cortava “seringa”.

Nesses “roçados” eram privilegiadas aquelas espécies que serviam de base para a alimentação do seringueiro, por exemplo, a mandioca, que servia como alimento de diversas formas: cozida, para a fabricação de farinha e, também, para alimentar os pequenos animais da família como suínos e aves.

Assim, a mandioca fez parte do processo de transterritorialidade e multiterritorialidade, e, diante da desterritorialização/falência do seringal surgirá como a alternativa de consumo e renda para a população.

Nas entrevistas com os representantes dos territórios, todos afirmam a ligação da fabricação da farinha, como um dos elementos principais para a constituição de renda, como legado da migração nordestina para a região:

“Essa cultura é uma cultura indígena mais foram os nordestinos que deram uma grande alavancada na produção de farinha” (José de Souza Menezes, Fundador da COOPERFARINHA, em 2011).

“Eu acredito que essa cultura seja dos índios, porém, os nordestinos também contribuíram para fortalecer essa cultura” (Anízio Barreto, Secretário municipal de agricultura do município de Rodrigues Alves, em 2011).

Historicamente falando, eu não vou dizer isso como registro, mais é a história que eu ouvi desde que eu cheguei aqui: que antes vinha a farinha do Pará que se chamava farinha d’água, da cultura dos nordestinos ou até mesmo dos indígenas que é um de seu alimento básico. Então foi trazido para os nordestinos, o que já existiam que é a cultura dos índios da nossa região (Erni Dombrowski, Secretário municipal de agricultura e produção do município de Cruzeiro do Sul, em 2011).

Antes dos nordestinos começarem a desbravar a Amazônia, em particular o vale do Juruá eles se depararam com uma população que aqui já existia. Então eu acredito que a origem foi com os índios, mais com a chegada dos nordestinos foi se melhorando a prática de como cultivar a mandioca (Aldair Pereira de Lima, Gerente da SEAPROF em Cruzeiro do Sul, 2011).

Esses relatos nos mostram o ponto em que a mandioca ganha centralidade e importância na produção do território e nas vidas das pessoas nos aspectos econômico, social e cultural. O fato é que o processo de multiterritorialização/transterritorialização só ganhou força por volta da década de 70 do século XX, aí sim a agricultura passou a ser a principal atividade econômica despontando o extrativismo.



Considerando os limites tecnológicos e naturais que a região apresentava, a mandioca para a fabricação de farinha parecia, na época, uma alternativa econômica para a região. Com o passar do tempo, percebeu-se que a variedade de farinha produzida na região tinha um sabor inestimável entre as demais, considerada como a melhor da região, por isso, a produção despontou sendo considerada com uma “vantagem comparativa”. Como não necessita de muitos nutrientes podia ser cultivada facilmente em solos pobres, como os da região. Nos diálogos abaixo percebemos a evidência de sua importância:

“Eu acredito que a farinha se desenvolveu com a perda da borracha. Os próprios seringueiros desenvolveram o cultivo da mandioca e a produção de farinha. Então para maioria dos agricultores a fonte de renda é a produção da farinha” (José de Souza Menezes, Fundador da COOPERFARINHA, em 2011).

“Eu vejo que a mandioca tem um potencial muito grande na região, o que já é cultura e tentamos fortalecer cada vez mais essas produções de farinha” (Anízio Barreto, Secretário municipal de agricultura do município de Rodrigues Alves, em 2011).

“É o principal meio de produção, porém não é o único” (Lauro da Silva Oliveira, Gerente da SEAPROF no município de Rodrigues Alves, em 2011).

[...], a princípio, a farinha há algum tempo atrás era exclusivamente para alimentação familiar e era uma fonte de renda do excedente da produção ou então havia desde essa época uma produção específica para gerar renda para família dentre outras cultura, exemplo as frutíferas como o abacate e a laranja [...] (Erni Dombrowski, Secretário municipal de agricultura e produção do município de Cruzeiro do Sul, em 2011).

Então, a mandioca por ser uma cultura onde os produtores têm uma prática e uma técnica centenária, considerando que é uma cultura que se adapta em solos ácidos, ela não é muito exigente em termos de nutrientes. Para manter mandioca não precisa ter muitos cuidados técnicos, por esses motivos ela se tornou a cultura de maior valor econômico. A cultura da mandioca é a cultura que se faz a farinha da mandioca e é a farinha da mandioca que aquece a economia do vale do Juruá (Aldair Pereira de Lima, Gerente da SEAPROF em Cruzeiro do Sul, em 2011).

Esses relatos possibilitam a visualização panorâmica do território da farinha, em especial na questão de sua história e da importância, expressas pelos representantes da coletividade. A partir de agora, passaremos a caracterizar as bases do território através da apresentação dos seus componentes econômicos, culturais e sociais.

### **As características dos territórios camponeses da farinha no Vale do Juruá - Acre**

Para levantarmos as informações realizamos pesquisa de campo com aplicação de questionários durante os meses de agosto e setembro de 2011, nas seguintes comunidades: Ramal da Mariana I e II, Comunidade Assis Brasil, Pentecoste, Comunidade Santa Luzia (Ramal I e II), Ramal dos Cardozos, Ramal Preguiça e Comunidade Belo Jardim.

Encontramos entre as informações que a maioria dos entrevistados é do gênero masculino (59%), na faixa etária de 31 à 40 anos, nascidos na cidade de Cruzeiro do Sul (97%) e possuem família composta por em média seis componentes. Em se tratando de economia camponesa (FREITAS; FARIAS; VILPOUX, 2011), essa quantidade de membros se justifica pela responsabilidade que a família tem na divisão do trabalho no estabelecimento,

sendo necessários muitos membros, principalmente do sexo masculino, para manter viável a produção.

Em relação à escolaridade apareceu um dado preocupante: grande parte ou é analfabeto ou cursou o ensino fundamental e não terminou. Aparecem como causa para este fato a distância das pouquíssimas escolas existentes e as unidades de produção e a falta de oferta de ensino médio nas escolas da comunidade.

A renda mensal obtida com a fabricação da farinha fornece em média um salário por mês para a maioria (92%), enquanto que poucos conseguem obter dois salários mínimos (8%). Isso ocorre por que segundo os entrevistados a fabricação da farinha é muito penosa, não sendo possível realizá-la em todos os dias ou em todos os meses do ano.

Para fabricá-la tem que reunir a família, colher a mandioca e passar dia e noite empenhada na limpeza, raspagem, moagem e prensa da massa para retirada do líquido excedente. Do processamento é obtida quantidade de farinha que será repartida entre o consumo próprio e a comercialização. A renda obtida financiará a unidade camponesa até outra “farinhada”, que poderá ser na próxima semana ou mês. Em alguns casos a renda é complementada por auxílios governamentais.

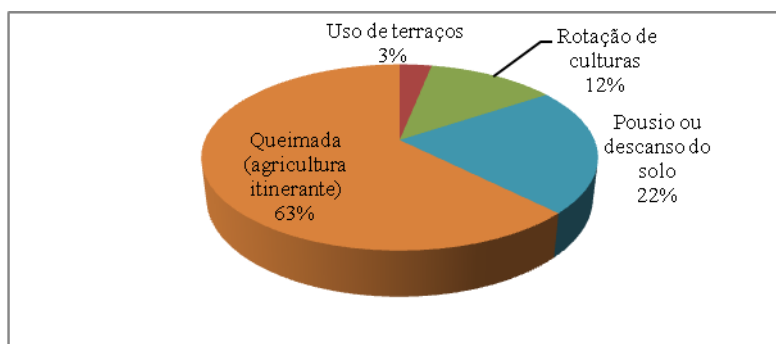
Entre os principais fundamentos da economia camponesa, a propriedade da terra e dos meios de produção sempre mereceu destaque, por nisso residir o poder da liberdade para o camponês. Para Oliveira (2007, p. 41) a propriedade da terra é um dos elementos estruturais da produção camponesa, é o local de trabalho e possui sentido amplo:

[...] é na unidade camponesa, *propriedade familiar*, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra) (OLIVEIRA, 2007, p. 41)

Como característica da economia camponesa, grande parte das unidades de produção são próprias, ou seja, 73% do total. Possuem de 01 a 10 hectares, caracterizadas como pequenas propriedades. Adquiridas através da compra do titular (49%), herança (24%) e pela reforma agrária (21%), dentre outros meios.

A principal atividade produtiva do território é a produção da farinha a partir da mandioca, no entanto, não é o único, também são cultivadas outras variedades de frutas, cereais e leguminosas como atividades que complementam o consumo e a renda da população.

Dentre as práticas agrícolas utilizadas nas plantações, as queimadas ainda prevalecem com 63%. Essa atividade é combatida pelo poder público, no entanto, na inexistência de outros meios – como grande parte dos agricultores só dispõe da gradagem para preparar o solo (54%) - ela passa a ser o mais utilizado.



**Gráfico 01:** Práticas agrícolas utilizadas nas plantações de mandioca.

O território é caracterizado pelo desenvolvimento da policultura como atividade adicional à produção de farinha. Percebe-se que, como a renda obtida da produção de farinha não possibilita manter o estabelecimento camponês em tudo (FREITAS; FARIAS; VILPOUX, 2011), a família necessita cultivar outras variedades que se destinarão, sobretudo, para o consumo próprio. Contudo, em alguns casos essas variedades também são destinadas para o comércio, principalmente quando há excedentes.

Dentre as variedades cultivadas encontram-se as hortaliças, presentes em somente treze unidades e ocupando principalmente menos de um hectare por unidade. As frutas são cultivadas em trinta e duas unidades, ocupam predominantemente menos de um hectare por unidade. Já os cereais mais necessários para a dieta familiar como arroz, feijão e milho são os que menos são cultivados por unidade camponesa, aparecendo respectivamente em seis, oito e nove unidades. Esses baixos valores são justificados pela exigência de insumos que essas culturas necessitam e pela baixa disponibilidade desses insumos nas unidades. Já em relação à mandioca a situação é diferente, ela é cultivada em trinta e sete unidades, ocupando principalmente as áreas no intervalo de um a cinco hectares.

**Tabela 01:** Variedades agrícolas cultivadas por unidade camponesa

Tamanho (ha)	Variedades					
	Hortaliças	Frutas	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca
Menos de 1	13	21	03	08	06	05
1 – 5	03	05	02	-	03	29
5 – 10	-	01	01	-	-	03
11 – 20	-	01	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>37</b>

A quantidade das variedades colhidas liga-se diretamente à quantidade plantada. Com a maior área plantada, a cultura da mandioca fornece mais de 1.000 kg para a maioria dos produtores que a cultivam por mês. Isso já não ocorre com as outras variedades que são mais utilizadas para a alimentação interna da unidade. Por exemplo, a produção de arroz fornece menos de 100 kg para três produtores e mais de 1.000 para outros três produtores, isso indica que para os primeiros a produção é para subsistência e para os outros, como é colhida quantidade superior, pode ser destinada para a comercialização.

**Tabela 02:** Quantidade colhida por mês

Quantidade (Kg)	Variedades					
	Hortaliças	Frutas	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca
Menos que 100	16	18	03	06	05	1
100 – 200	-	07	-	02	01	4

201 – 300	-	-	-	-	03	4
301- 400	-	01	-	-	-	5
400 – 500	-	02	-	-	-	2
500 a 1000	-	04	-	-	-	2
Mais de 1000	-	-	03	-	-	19
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>32</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>37</b>

Quando analisamos a quantidade dessas variedades que são comercializadas, percebemos que também está na mandioca o produto mais comercializado. Somente 16,3% dos produtores comercializam hortaliças, 51,4% comercializam frutas, 10,9% comercializam arroz e 09% comercializam feijão. Enquanto quase não há comercialização das outras variedades, a mandioca é comercializada por 86,4% dos produtores, em média de 500 a 1.000 kg por mês.

Essa quantidade de mandioca comercializada não compromete a produção de farinha, em alguns casos a venda é efetuada com o vizinho que precisou de mais matéria-prima para finalizar o seu ciclo de produção. Nesse caso, não se paga em dinheiro em espécie mais em produto, ou seja, em mandioca *in natura*.

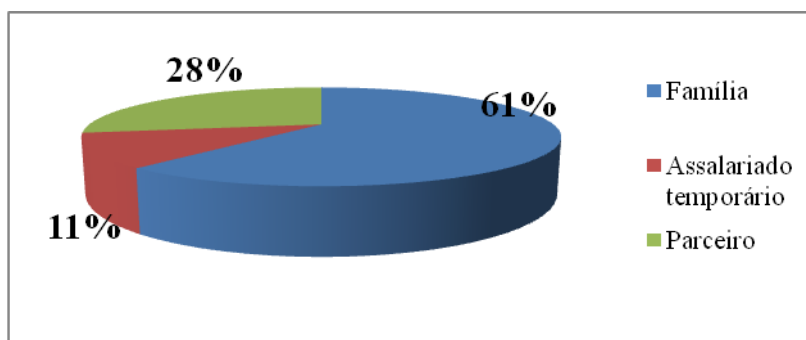
Além da forte produção de mandioca, a mão-de-obra também é uma das estruturas do território. Proveniente na maioria de descendentes de nordestinos e/ou de indígenas, os “farinheiros” guardam, com o passar dos anos, os segredos que permitem produzir a melhor farinha da região. Eles conhecem os melhores solos para cultivar a mandioca sem utilizar técnicas de análise de solo, sabem quando plantar e quando colher se baseando somente no movimento de translação da terra e utilizam ferramentas rudimentares para fabricar tamanha iguaria.

Quase não há diferença entre as pessoas que realizam o plantio da mandioca, que efetuam a colheita, que fabricam e comercializam a farinha. São basicamente as mesmas pessoas que participaram de todas as fazes do processo que se repete diversas vezes no decorrer do ano como um ciclo.

Esses trabalhadores são, em suma, provenientes da própria família (61%) com faixa etária entre 31 e 40 anos (43,2%), seguidos pelos parceiros (28%) com faixa etária entre 31 e 40 anos (71,4%) e complementados por assalariados temporários (11%) com faixa etária entre 21 a 40 anos (88,8%).

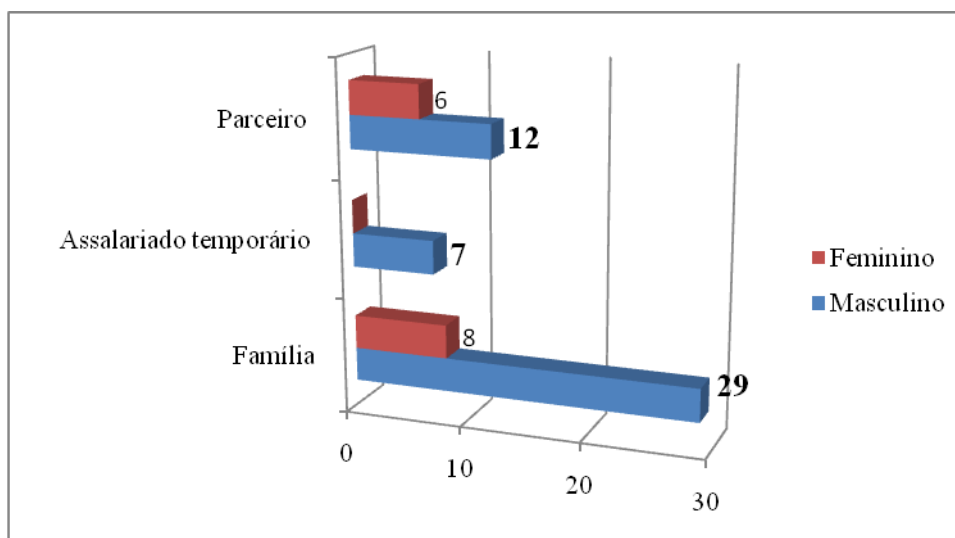
Nesse sentido, a mão que move o ciclo é da própria família, mas, em alguns casos, quando ainda há muita mandioca plantada em risco de comprometer a sua qualidade, é realizado um mutirão onde todos os membros da família são envolvidos, mesmo os que não habitam na unidade e, também, quando esses não conseguem dar conta, solicita-se auxílio dos parceiros. Esses são, na maioria das vezes, vizinhos que estão temporariamente ociosos e que fornecem a sua contribuição em troca de parte da produção e/ou de recompensa com a mesma atividade na propriedade dele.

Quando não há disponibilidade de parceiros é que se utiliza a mão-de-obra assalariada. Isso não é tão comum, principalmente por que não há condição financeira para tal, se é realizada a contratação do trabalhador assalariado, o pagamento dele sairá do lucro da produção, como nesse caso é sempre baixa, no balanço final a unidade sofrerá prejuízo.



**Gráfico 02:** Condição legal do pessoal ocupado no ciclo de fabricação da farinha de mandioca

Os farinheiros, em qualquer condição, são em sua maioria do sexo masculino, seja de origem familiar com 78,3%, assalariado temporário 100% ou parceiro 66,6%. Isso é explicado, pois a atividade requer muito esforço físico, por isso é dominada por homens. As mulheres são mais presentes na fabricação da farinha, principalmente na atividade de raspagem e limpeza da mandioca.



**Gráfico 03:** Gênero dos trabalhadores

Esses homens e mulheres, por terem nascidos distantes das cidades e por destinarem quase todos os seus tempos para a atividade agrícola, não conseguiram chegar ou permanecer na escola. Dentre os trabalhadores da própria família 40,5% são declarados analfabetos, 5,5 não terminaram o ensino fundamental e 54% concluíram o ensino fundamental. Dentre os temporários e os parceiros também não há ninguém que começou o ensino médio.

**Tabela 03:** Escolaridade dos trabalhadores

Escolaridade	Trabalhadores		
	Família	Assalariado temporário	Parceiro
Analfabeto	15	02	06
Fundamental incompleto	02	05	11
Fundamental completo	20	-	01
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>07</b>	<b>18</b>

A baixa escolaridade mostrada acima não influencia na qualidade da farinha que é produzida e apreciada pela população. Tudo indica que o conhecimento empírico permite superar a inexistência de técnicas científicas de plantio, cultivo e colheita, produzindo o sabor especial da farinha de Cruzeiro do Sul, garantindo a venda por um preço razoável.

A “casa de farinha” é o espaço físico destinado ao processamento da mandioca. Localiza-se bem próximo a residência da família e quando não está sendo utilizada, serve também de depósito da própria farinha ou dos outros produtos cultivados. Predominantemente, a casa de farinha é de propriedade privada da família (81%), adquirida através da compra (59,45%) e, dentre os tamanhos encontrados, destacam-se aquelas que possuem 60m<sup>2</sup> com 40,5% do total e as com 50m<sup>2</sup> com 32,4%.

As casas de farinha são construídas em madeira (80,9%), possuem menos de cinco anos (38%) e entre dez a cinco anos (38%). Possuem cobertura de alumínio em 76,1% das unidades. Sem rede de esgoto em 95,2% das unidades, com a destinação dos resíduos através de valas, que em muitos casos se direcionam para os igarapés e rios. Possuem acesso a rede de energia elétrica em 57,1% das unidades, permitindo a produção durante a noite. São abastecidas principalmente com água sem tratamento, proveniente de poços. Não possuem tela de proteção em 85,7% das unidades e possuem piso de terra batida (57,1%), conforme foto 01 abaixo.



**Foto 01:** Casa de Farinha localizada no Ramal Mariana II, Cruzeiro do Sul – 2011

É possível notar a condição precária da casa de farinha na fotografia acima, isso também acontece com as outras que visitamos durante a pesquisa. É corrente o uso das seguintes atividades nas unidades de produção: raspagem manual, transporte da mandioca por meio de “carroça de boi” e forno movido a lenha.

Essas características descrevem bem a situação de rusticidade que se apresentam as casas de farinha. Grande parte disso implica em problemas de sanidade, saúde pública, poluição e degradação ambiental, sendo necessárias correções urgentes para superar esses que acreditam ser os gargalos do ciclo.

As casas de farinha produzem em média 1.000 kg mensais, que se destinam para a comercialização e para o consumo. O intermediário é uma figura muito presente no ciclo da mandioca, por isso a venda para o mercado interno ocorre em 75,67% dos casos. No entanto,

esse intermediário usurpa a renda da terra produzida pelo agricultor ao revendê-la ao mercado externo com valor muito maior que o adquirido. Esse é um dos problemas que impede o desenvolvimento do ciclo, pois com o agricultor não fica com renda suficiente para investimentos na produção.

A produção é escoada principalmente por dois meios: o rodoviário e o hidroviário. Quando a região passava a maior parte do ano isolada, por conta das chuvas intensas, entre os meses de setembro a abril, onde a principal via de ligação com o resto do Brasil, a BR 364 ficava interrompida, o transporte utilizado era o hidroviário. No entanto, quando se permitia o transporte rodoviário, entre os meses de junho a setembro, toda a produção que se encontrava estocada era transportada. Nesse sentido, na estiagem o transporte rodoviário ficava intenso, sendo responsável pela exportação de 78,3% da produção anual.

Além da produção de farinha, ocorre também a produção de outros derivados da mandioca, para o consumo e para a comercialização. A fécula é produzida por 51,3% dos agricultores, no entanto, somente 5,4% desses objetivam a comercialização, ou seja, produzem mais de 1.000 kg por mês, o restante produz por volta de 100 kg por mês somente para o consumo. O biscoito de goma (fécula), produzido de forma artesanal é uma iguaria do território, disponibilizado principalmente para exportação por ter um alto valor comercial, R\$ 5,00 por 300 g, é produzido por somente 5,4%, em pequenas quantidades, 100 kg por mês. Isso também acontece com os outros derivados, tais como: a tapioca produzida por 35,1% em 100 kg mensais, o beiju produzido por 37,8% em 100 kg mensais e o bolo de mandioca produzido por 18,9% em 100 kg mensais. A baixa produtividade dos derivados se justifica pela dificuldade de processamento no modo artesanal, no entanto, isso influencia positivamente na qualidade dos produtos e no valor de venda.

Em vista do que foi mencionado, compreendemos que a produção da farinha de mandioca no Vale do Juruá/AC é fruto do trabalho familiar camponês, com maior intensidade do trabalhador do gênero masculino, que possui baixíssima escolaridade e que cultiva a mandioca em propriedade privada, com os próprios meios de produção.

A produção do setor é apropriada por intermediários que compram ainda nas proximidades das casas de farinha por um preço baixo e que revende para outros municípios e estado por um preço mais alto, apropriando-se da renda da terra que não é contabilizada pelo produtor. Mesmo assim, grande parte dos produtores sobrevive financeiramente somente desse tipo de produção, ainda que cultive outros produtos para subsistência.

Não há investimento ou utilização de tecnologias a cada ciclo produtivo, no cultivo ou na colheita não há utilização de máquinas ou tratamento de solo, tudo se faz de forma manual com a utilização da queimada para preparar o solo.

As “casas de farinha” são edificações arcaicas muito precárias onde não há a disponibilidade de água tratada ou sistema de coleta e tratamento de esgoto, onde os resíduos são destinados para os igarapés e rios das proximidades.

Algumas das características citadas são negativas do ponto de vista econômico, sanitário ou ambiental, no entanto, do ponto de vista social percebemos que não há quase insatisfação por esse tipo de atividade, pois com o resultado da produção da farinha a família camponesa consegue se reproduzir e permanecer na terra e é isso que no final de contas importa.

### **Considerações**

O território como a expressão territorializada do poder se manifesta pela forma pela qual foi formado/organizado, que corresponde a sua territorialidade. Mas, a própria

territorialidade, como um senso de exclusividade ou compartimentação do vivido, é moldada pelas características exclusivas que compartilha certa coletividade e que se exterioriza através de símbolos, ou seja, símbolos da identidade, nesse caso ligados a produção da farinha.

A identidade territorial farinheira foi, ao longo do tempo e espaço de territorialização da atividade econômica que apontamos ser o principal componente de formação do território, sendo formada pelos atributos internos de cada indivíduo no momento da territorialização, mais os valores e símbolos construídos e adicionados no percurso temporal.

Há de se destacar dois períodos no processo: o ponto inicial e sua carga anterior e o percurso com o andamento do processo, ou seja, o movimento de sua constituição e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história, que define o status ontológico desse processo de formação da identidade e da expressão da territorialidade farinheira.

O ponto inicial de formação da identidade farinheira na região ocorreu com a desterritorialização da produção de borracha a partir do látex nativo da seringueira. Com a decadência desta atividade por volta da década de 40 do século XX acarretada pelo cultivo racionalizado nos seringais de cultivo nas colônias inglesas na Ásia, muda-se a estrutura econômica regional com a inserção ou territorialização da agropecuária e como consequência também se muda os aspectos socioculturais. Esses dois tempos – extrativismo e pecuária – permitiram fixar as bases no espaço construindo o território da farinha.

Assim, o forte apego da população com esta atividade, acarretou ao longo do tempo a formação de uma sociedade que compartilha as mesmas “diferenças”, ou seja, os símbolos que compõem a sua identidade e, que, ao serem fixados e espalhados pelo espaço limitam e individualizam o território. Depreende-se disso os aspectos sociais, econômicos e culturais compartilhados através das relações internas e externas indicando que o território possui centralidade neste tipo de produção, podendo ser mencionado como um “território da farinha”.

### Referências Bibliográficas

CRUZEIRO DO SUL, Secretária de agricultura e desenvolvimento agrário do município de. **Apoio de transporte rodoviário e fluvial para a produção da agricultura familiar**. 2011.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREITAS, César Gomes de; FARIAS, Cleilton Sampaio de; VILPOUX, Olivier François. A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia Sul Ocidental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2011.

GOTTMANN, Jean. **A Geography of Europe**. New York: Henry Holt, IX, 1950.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX – Nº 17 – 2007.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.



\_\_\_\_\_ ; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**. Vol. 12, No. 24 (2010).

MUSCARÀ, Calogero. **La geografia dello sviluppo. Sviluppo industriale e política geografica nell'Italia Del secondo dopoguerra**. Milano: Edizioni di Cominità, 1967.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para a pesquisa científica. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Território e fronteiras – (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 33-50.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS**, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

Artigo recebido em 10-03-2012

Artigo aceito para publicação em 21-06-2012